

Campesinato e Formas de Intercâmbio na Hispania visigótica (séculos VI-VIII)

Paulo Henrique de Carvalho Pachá¹ (UFF)

I - Introdução

Permitam-me começar por uma breve digressão teórico-metodológica: a despeito de esse evento ser organizado pelo ilustre Programa de Estudos Medievais (PEM, para os íntimos), trata-se de um evento sobre história contemporânea. Os historiadores do futuro, em condições que nos escapam à imaginação, terão seu acesso ao passado (nosso presente) franqueado em parte – porque não? – pelas tradicionais atas publicadas após cada edição da Semana de Estudos Medievais. Encontrarão ali uma fotografia da produção historiográfica brasileira acerca do medievo (essencialmente carioca) e poderão se interrogar se essa produção diz mais sobre a Idade Média ou sobre a primeira década do século XXI. Eu argumento que as atas falam com a mesma eloquência sobre ambas as questões – o medievo e nosso mundo contemporâneo –, mas a percepção disso depende, fundamentalmente, desse historiador no futuro. O que estou enfatizando aqui, como primeira e primordial questão de minha apresentação, é o mesmo que Croce eternizou na clássica passagem – cuja eternização deve-se, não tenho dúvidas, ao resgate e difusão de Marc Bloch e Lucien Febvre: “toda história é história contemporânea”².

O ouvinte impaciente poderia questionar a relevância de tanta ênfase em uma passagem que, dizem os entendidos, tornou-se lugar-comum em nossa estranha tribo de historiadores. Tais questões, conhecidas por qualquer aluno de primeiro período, constituiriam assim um pressuposto de qualquer investigação histórica que conste deste evento e não precisaria ser explicitada por qualquer um que almeje veicular qualquer novidade. É justamente desse ponto, contudo, que retiro a justificativa requisitada: em primeiro lugar, penso que muito facilmente esquecemos dos nossos pressupostos originais e rapidamente adotamos versões mais ou menos deformadas, seja por comodidade, seja por uma prática em meio a um campo que favorece essas deformações – não apenas por isso, mas principalmente porque tende a rotular como indesejável qualquer consideração que seja levemente teórica; segundo, em tempos de suposta hegemonia do pós-modernismo, o pressuposto em questão foi torcido e travestido em suas características mais importantes e existe hoje como justificativa para uma

historiografia reacionária e anticientífica. Resgatar o real sentido dessa expressão é uma tarefa que deveria orientar qualquer investigação em história.

De maneira geral, o segundo ponto – resgate do real sentido da expressão “toda história é histórica contemporânea” –, se bem empreendido, contém em seu interior o primeiro – análise dos pressupostos que orientam a investigação histórica. Com essas questões em mente, passo então a uma consideração mais plenamente historiográfica das questões que indiquei no resumo desse trabalho, isto é, uma análise da forma, dinâmica e desenvolvimento histórico das relações pessoais de dependência e subordinação no medievo, bem como de seu papel estrutural nessa sociedade. Enquadro meu objeto nos primeiros séculos da Alta Idade Média, aquele período sem lei e sem Deus, o qual, segundo os antiquistas só pode ser medieval, dado o seu barbarismo extremo e, segundo os medievalistas, pelos mesmos motivos, só pode ser antigo, fruto do desmoronamento trágico do Império Romano e em nada semelhante à gloriosa Idade da Fé que encontramos alguns séculos depois e que constitui o foco prioritário das análises em história medieval. Geograficamente, a *Hispania*, em especial o reino visigótico, é o terreno por excelência para a consideração de tais questões, dado o desenvolvimento precoce e acelerado do processo de emergência e difusão das relações pessoais de dependência e subordinação nessa região.

Todos sabemos que em história sempre procedemos de forma retroativa. Nunca temos o passado em si, mas sempre um passado determinado, não apenas pelas traças, mas sempre circunscrito por um quadro limitado de questões que nos são socialmente relevantes ou mesmo compreensíveis (e essa circunscrição pode ser consciente ou não, mas sempre se impõe). A proposta, supostamente revolucionária, de Alain Guerreau³, necessariamente esbarra nessas questões já que, por mais que fale latim fluentemente, o medievalista não pode jamais tornar-se medieval. Esse é mais um aspecto da história em sua radical e ineliminável contemporaneidade.

Se estou correto até aqui, posso argumentar que qualquer análise histórica nasce de alguma questão posta pelo presente, de algum aspecto da vida social contemporânea cuja historicidade buscamos e analisamos. As razões para tal busca podem ser diversas, mas o movimento da historiografia toma, necessariamente, essa forma.

O limite primeiro de minha investigação é, portanto, uma consideração do estatuto da força de trabalho sob o capitalismo. As considerações que seguem

encontram aqui, contudo, não apenas um limite, mas também suas condições de possibilidade: é apenas porque caracterizo o estatuto da força de trabalho sob o capitalismo que, retroativamente, sou capaz de enfocar o estatuto da força de trabalho no medievo.

II – Força de trabalho livre

Para considerar essas questões, tomo apoio inicialmente na análise de Marx – especialmente em *O Capital*⁴. Segundo Marx, no processo de transformação do dinheiro em capital, é necessário que o possuidor do dinheiro encontre, no mercado, o trabalhador livre – e, é sempre bom lembrar, livre em dois sentidos, quais sejam: “o de dispor, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo, além desta, outra mercadoria para vender”⁵. Em outra passagem, Marx pontua – é interessante considerar o quanto há aí de ironia ou não – que a esfera da circulação é um

“verdadeiro paraíso dos direitos inatos do homem. Só reinam aí liberdade, igualdade, propriedade e Bentham. Liberdade, pois o comprador e o vendedor de uma mercadoria – a força de trabalho – por exemplo, são determinados apenas pela sua vontade livre. Contratam como pessoas iguais, juridicamente iguais. [...] Igualdade, pois estabelecem relações mútuas apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade, pois cada um só dispõe do que é seu. Bentham, pois cada um só cuida de si mesmo”⁶.

É importante destacar, contudo, que tal caracterização encontra-se num elevado nível de abstração, orientada para as formas de manifestação do fenômeno – a aparência. Em outros momentos da obra Marx encontramos considerações que decorrem diretamente dessa primeira aproximação mas que, em seu desenvolvimento, desvelam o véu da aparência e demonstram como estas são as formas de manifestação socialmente necessárias de relações causais outras, mais profundas.

Assim, englobando e superando as análises da economia política clássica, Marx demonstra como o reino da liberdade, igualdade, propriedade e Bentham, isto é, o reino da pura individualidade, deve, ao contrário, ser caracterizado pela dependência

multilateral dos produtores entre si. Segundo o autor, “não só a produção de cada indivíduo é dependente da produção de todos os outros; como [também] a transformação de seu produto em meios de vida para si próprio torna-se dependente do consumo de todos os outros”⁷. Que o mercado, ou mais propriamente o valor, seja a forma de efetivar essa dependência generalizada, portanto uma efetivação estranhada, não decorre daí qualquer independência, muito embora essa seja constituinte das formas de manifestação desse processo, portanto, real em determinado aspecto.

III – Relações pessoais de dependência

É de conhecimento geral a frase de Marx que une símios e homens, qual seja, “a anatomia do homem é uma chave para a anatomia do macaco”⁸. O processo aqui, supostamente invertido, explicita apenas como a forma mais desenvolvida contém **uma** chave – outras são possíveis, ninguém o negaria – para o entendimento da forma menos desenvolvida. A suposta inversão decorre de nosso hábito intelectual, historicista de certa forma, de pensar o mundo como escatologia ou – resgato o debate de ontem – teleologia do tipo ruim, como se a forma menos desenvolvida redundasse, necessariamente, na forma mais desenvolvida. Um tipo de “ilusão biográfica” universal⁹. O processo racional, claro está, é analisar a forma mais desenvolvida como um caminho possível dentre outros, plenamente efetivado e que, como tal, nos arma com as ferramentas para compreender a forma menos evoluída em suas múltiplas determinações.

Essas considerações sobre macacos e homens não devem nublar que estou aqui resgatando os pontos iniciais de minha apresentação, isto é, temos a história sempre de forma retrospectiva e, conseqüentemente, não devemos ignorar os desenvolvimentos que os processos do passado desnudam em nosso presente. Dito isso, posso explicitar na sequência que a análise de Marx não caracteriza apenas o estatuto da força de trabalho no capitalismo mas, no movimento descrito acima – e, devo lembrar, é também **dialético**, dado que a compreensão da anatomia do macaco também contribui, em um segundo momento, para a compreensão da anatomia do homem – caracteriza também o estatuto da força de trabalho no pré-capitalismo em geral.

A caracterização de Marx acerca do estatuto da força de trabalho no pré-capitalismo (e o medievo é sempre o caso específico por excelência) pode ser resumida

da seguinte forma: se no capitalismo reina a aparente independência geral entre todos os indivíduos – que vela, já consideramos, uma efetiva dependência multilateral –, no medievo as relações sociais são, prioritariamente, relações pessoais de dependência e subordinação, amplas e hierarquicamente articuladas. São essas relações que constituem as determinações mais gerais dessa sociedade e, ao mesmo tempo, o modelo para outras relações. A dissolução dessas relações, como se vê, é pressuposto para o quadro que analisamos anteriormente, a esfera da circulação capitalista.

As indicações de Marx no que tange esse aspecto são bastante gerais. Trata-se apenas de demonstrar como a emergência do modo de produção capitalista pressupõe enormes transformações nas relações sociais humanas e, com isso, explicitar sua radical historicidade. A tarefa inconclusa, por outro lado, é avançar essas indicações gerais em considerações mais detidas acerca da sociedade medieval, explicitando, contudo, que a orientação da investigação é sempre contribuir no caminho de volta, isto é, invertendo a fórmula – sempre em seu aspecto **dialético** e enquanto **segundo** momento – tomar a anatomia do macaco desvelada como uma chave para a anatomia do homem.

O primeiro passo de tal consideração detida foi percorrido, entre outros, por João Bernardo, historiador português autor de uma síntese – Poder e Dinheiro¹⁰ – cuja extensão e, ao mesmo tempo, precisão não podem ser louvadas propriamente nos limites dessa comunicação. Assumindo o risco de parecer exagerado, trata-se, sem nenhuma dúvida, de obra obrigatória para qualquer medievalista. Segundo João Bernardo, qualquer consideração detida do medievo deve – em especial na Alta Idade Média – sublinhar a distinção – já presente em Marx – entre as relações de dependência e subordinação. Trata-se aqui de distinguir o caráter eminentemente classista das relações medievais, articulando dois blocos principais que se constituem durante os primeiros séculos da Idade Média, isto é, campesinato e aristocracia.

Tal distinção não é a regra na historiografia que, ao contrário, pouco trata dessas questões – as vê como pano de fundo para outras análises – e, quando o faz, insiste na suposta indiferenciação entre dependência e subordinação, como se as relações senhoriais e servis apresentassem uma identidade completa em suas lógicas, dinâmicas e desenvolvimentos. A contribuição que esse trabalho objetiva é demonstrar como mesmo nas fontes medievais tal distinção aparece, ainda que nunca de forma explícita – na célebre imagem de Georges Duby, há fontes mais carregadas de ideologia que aquelas

produzidas no medievo? – mas cujos fundamentos podem ser desvelados pelo historiador.

Na Hispania do século VII encontramos uma sociedade, medieval em suas características gerais, mas fortemente marcada por um precoce desenvolvimento das tendências que só alguns séculos depois serão verificadas em outros pontos da Europa Ocidental. No termo caro à historiografia espanhola, trata-se da protofeudalização visigótica¹¹. Em linhas gerais, o termo refere-se à posição hegemônica da aristocracia e ao acelerado processo de homogeneização servil, constituindo assim as duas classes fundamentais dessa sociedade. A indistinção entre aristocracia laica e eclesiástica é importante para compreender como a hegemonia aristocrática dessa sociedade une enquanto classe a comunidade dos aristocratas, explicitando sua experiência e interesses comuns, além de uma posição no processo produtivo absolutamente idêntica – vivem do trabalho alheio, dos servos. Caracterizar os santos como parte do mesmo grupo também não deve constituir nenhuma surpresa – exceto para aqueles que crêem em sua natureza sagrada –, dado que os hagiógrafos esforçam-se para construir, sem exceção, uma origem aristocrática para os hagiografados.

A *Vida de São Milão*¹², redigida por Bráulio, bispo de Saragoça, aproximadamente em 636, narra em cores vibrantes a trajetória de Milão, santo de origem humilde que é, conforme mencionamos, rapidamente alçado à condição de homem digno, purificado de sua vilania através do contato com o próprio Deus. A *Vida* é profícua em detalhar como o santo, o escolhido de Deus, é hábil em remover – ou mesmo destruir – os obstáculos que se interpõe em seu caminho. Após um longo período em que se isola na região escarpada ao norte da península, Milão passa a ser procurado e reconhecido por sua capacidade de intercessão ao sagrado, sendo alvo de assédio por multidões que o imploram pela realização de milagres diversos como curas, exorcismos e provisão de alimentos.

Segundo o hagiógrafo, cada milagre realizado apenas aumentava ainda mais a fama e o prestígio de Milão, aumentando em torno deste a multidão que buscava seu auxílio. A enorme diversidade dos contatos do santo com grupos sociais vários salta aos olhos em qualquer leitura da hagiografia: além da provisão de alimentos para a multidão de famintos que o seguia, por exemplo, “com um pouco de vinho sacia muita gente”¹³, o santo realiza milagres diversos, “devolve a visão a uma *ancilla* do *senator* Sicório”¹⁴,

“livra do demônio o servo de um tal Tuêncio”¹⁵, “cura a outro endemoniado, servo do conde Eugenio”¹⁶, “livra do demônio o *senator* Nepociano e sua mulher Proseria”¹⁷ e mesmo “profetiza a destruição da Cantábria”¹⁸. Dessa diversidade de contatos, Peter Brown sublinhou o caráter não-classista da santidade¹⁹, possibilitando que este transitasse entre as diversas classes sociais e permanecendo indefinível, alguém poderia dizer que mantém algo de seu caráter sagrado, no mínimo misterioso.

Um milagre em específico relatado na hagiografia, por outro lado, é revelador da real inserção do santo nessa sociedade e nos ajuda a entrever como a diferenciação entre dependência e subordinação é vital para qualquer análise da sociedade medieval. Narra a hagiografia que na casa de um *senator*, Honório, habitava um demônio terrível “extremamente nocivo e promotor de alvoroços”²⁰. Por exemplo, durante um banquete misturava na comida restos e lixo e ovos de animais mortos, ou, durante a noite retirava as roupas de homens e mulheres enquanto estes dormiam e as pendurava no teto²¹. Aflito por uma situação tão terrível, Honório toma conhecimento da fama de Milão e manda chamar o santo, enviando os meios para seu transporte. Após ouvir as súplicas dos mensageiros enviados por Honório, o santo encaminha-se para a mansão do *senator*, mas recusa o transporte enviado e caminha por seus próprios meios, segundo Bráulio, para demonstrar “a potência de nosso Deus”²². No local, Milão reúne os presbíteros da região, decreta o jejum e, ao terceiro dia, exorciza a casa e põe em fuga o combativo demônio.²³

Tal milagre, aparentemente apenas mais um caso de exorcismo dentre os muitos que constam na hagiografia, é revelador se articulado com outro episódio narrado posteriormente. Cercado por uma multidão de famintos e sem qualquer meio para alimentá-los, o santo inicia uma prece à Deus: “Ainda não havia concluído a oração, quando de repente entram pela porta algumas carroças abundantemente carregadas, que lhe havia mandado o *senator* Honório. O amado de Deus recebe a remessa, dando graças ao Criador do mundo por ter escutado a sua oração”²⁴.

A compreensão desses relatos, se pensamos em sua íntima conjugação, só pode ocorrer no quadro da troca de presentes, ou, conforme a nomenclatura clássica, o dom. Desde que destacado o potencial conflituoso que essa relação engendra e figura, podemos adotar a breve caracterização do dom empreendida por Marcel Mauss²⁵, isto é, o encadeamento de três obrigações recíprocas: dar, receber e retribuir. Em resumo, deve

ser destaca a idéia de que todo dom obriga um contra-dom, a retribuição. Na impossibilidade desta, torna-se aquele que não pode retribuir devedor do primeiro doador, elevando este a um patamar superior na relação.

Considerada em tal quadro, a relação entre Milão e Honório percorre cada um dos momentos do dom: doação (exorcismo da casa e expulsão do demônio), recebimento da doação (aqui expressa ainda mais fortemente, já que Honório busca o dom do santo) e retribuição (o envio das carroças carregadas de alimentos ao santo). A relação é aqui restabelecida em seus termos originais de igualdade, dado que seus participantes são capazes de cumprir suas obrigações recíprocas. É mesmo possível avançar a hipótese de que a relação, após o contra-dom de Honório, encontra-se ainda mais fortalecida, já que demonstrou-se a capacidade de cada participante.

A distinção entre dependência e subordinação é aqui vital. A relação entre iguais em momento algum, como se vê, engendra qualquer tipo de dependência. Ao contrário, o que se vê é uma afirmação extrema da independência de cada participante da relação, dado que o santo recusa o transporte enviado por Honório e agradece à Deus pela realização do milagre. Entre aristocratas instituí-se, desde que mantido esse estatuto, uma subordinação que é, essencialmente política, não se imiscuí nas relações fundamentais de produção e reprodução da vida. A vassalagem é o melhor exemplo de tal caso.

Ao contrário, entre o santo e a multidão de famintos que tem suas condições de reprodução possibilitadas pelo santo – através da doação de alimentos –, nada resta para retribuir além de seus próprios corpos e vidas. Instituí-se aqui não uma mera subordinação política, mas uma efetiva dependência econômica, localizada no momento específico de produção e reprodução da vida. O exemplo máximo aqui não é outro senão a servidão. Considerar a servidão como a vassalagem destituída de luxo é nublar uma diferença fundamental que articula – e que só assim o pode fazer – as classes fundamentais dessa sociedade e, assim toda a reprodução do edifício social medieval.

As considerações acima referem-se, sobretudo, à forma das relações pessoais de dependência e subordinação. Quanto às suas dinâmicas e evoluções históricas, as relações intra-aristocráticas e entre a aristocracia e o campesinato tenderam a uma evolução que possibilitou a completa homogeneização da classe servil, reduzindo a dependência os camponeses pobres e ainda independentes e assentando os antigos

escravos em lotes familiares. Do ponto de vista da aristocracia, o processo de subordinação criou uma estrutura estatal extremamente hierarquizada e cuja sobrevivência esteve intimamente ligada ao seu poder de atração e dominação do campesinato, consubstanciada no desejo de preservação da mesma pela aristocracia, ainda que tenha sido alvo de sucessivos golpes dinásticos.

Como bem nos conta Borges, o tormento de Funes, o memorioso²⁶, é conhecer os singulares em suas múltiplas e infinitas determinações, mas a incapacidade de abstrair e generalizar o impedem também de pensar. Uma história que não aborda a diferença, a comparação, a transformação, cujo único objetivo é adicionar elementos à descrições já bem estabelecidas é uma história perfeita para Funes, mas irrelevante para qualquer outro.

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal Fluminense e bolsista CAPES sob orientação do Prof. Dr. Mário Jorge da Motta Bastos.

² CROCE, Benedetto. **História como História da Liberdade**, Rio de Janeiro, Topbooks, 2006

³ GUERREAU, Alain. **El futuro de un pasado. La Edad Media en el siglo XXI**. Barcelona: Crítica, 2002.

⁴ MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

⁵ Idem, p. 199.

⁶ Idem, p. 206.

⁷ MARX, Karl. **Grundrisse: Foundations of the Critique of Political Economy (Rough Draft)**. Harmondsworth: Penguin Books, 1977, pp. 156-74. Tradução: Mário Duayer – Departamento de Economia / UFF. Versão Preliminar.

⁸ MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 120.

⁹ Uma exagerada derivação universalizadora das indicações de BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica” *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

¹⁰ BERNARDO, João. **Poder e dinheiro: Do poder pessoal ao Estado impessoal no regime senhorial – Séculos V-XV. Vol. I. Sincronia: Estrutura econômica e social do século VI ao século IX**. Porto: Afrontamento, 1995.

¹¹ GARCÍA MORENO, Luís A. **Historia de España Visigoda**. Madrid: Cátedra, 1998. RUCQUOI, Adeline. **História Medieval da Península Ibérica**. Lisboa, Editorial Estampa, 1995.

¹² OROZ, José (ed.) Sancti Braulionis Caesaraugustani Episcopi. **Vita Sancti Aemiliani**. Perficit, S/L., Segunda Serie, v. IX, n. 119-120, pp. 165-227, 1978.

¹³ Idem, p. 205.

¹⁴ Idem, p. 197.

¹⁵ Idem, p. 199.

-
- ¹⁶ Idem.
- ¹⁷ Idem.
- ¹⁸ Idem, p. 211.
- ¹⁹ BROWN, Peter. **The Cult of the Saints - Its Rise and Function in Latin Christianity**. Chicago: University of Chicago Press, 1996, p. 19.
- ²⁰ OROZ, José (ed.). Op. Cit. p. 201.
- ²¹ Idem.
- ²² Idem.
- ²³ Idem.
- ²⁴ Idem, p. 205.
- ²⁵ MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva” *In: Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p. 188.
- ²⁶ BORGES, Jorge Luis. “**Funes, o memorioso**”. *In: Obras Completas*, V. 1. São Paulo: Globo, 2000.